

Mediação Audiovisual e Educação Permanente: Cenas de um Percurso de Formação com Trabalhadoras do SUAS

Allan Henrique Gomes¹

¹Universidade da Região de Joinville, SC, Brasil.

Letícia de Andrade²

²Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil.

Kátia Maheirie²

²Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil.

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa-intervenção que teve como objetivo investigar a potência da mediação audiovisual em um percurso formativo com trabalhadoras da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Joinville – SC no Brasil. A orientação teórica e metodológica foi a Psicologia Sócio-histórica em diálogo com conceitos da obra de Jacques Rancière. A ênfase metodológica do percurso foi a mediação audiovisual, que privilegiou a audiência de obras cinematográficas produzidas na cidade, dentre outras atividades imagéticas, seguida por um grupo de discussão. No processo de análise buscou-se trabalhar com a montagem de cenas da pesquisa, conjecturando relações entre o plano destes episódios na pesquisa-intervenção com o campo mais amplo que contorna a experiência de ser trabalhador(a) do SUAS. Os resultados e discussões são apresentados em três cenas. Na primeira cena destacamos o trabalho de mediação e apresentamos uma narrativa pontuando alguns episódios e detalhes dos próprios encontros da pesquisa. Na segunda são discorridos os prováveis sentidos da expectativa e discute-se o modo como a participação no percurso produziu vivências qualitativas com a expectativa. Por fim, na terceira cena, refletimos a necessidade de atividades de educação permanente que possibilitem espaços de diálogo, vivências e abertura para significar o trabalho socioassistencial. Consideramos que o modo como o percurso foi vivenciado permitiu a emergência de cenas na pesquisa que expressam a potência da mediação audiovisual. Ademais, o arranjo teórico metodológico que embasou o percurso formativo foi indispensável para a construção destes resultados.

Palavras-chave: Educação permanente. Cinema. Proteção social.

Audiovisual Mediation and Permanent Education: Scenes from a Training Course with SUAS Workers

Abstract: This paper presents the results of an intervention study that aimed to investigate the capacity of audiovisual mediation in a formative course with workers from the basic social assistance of the Single Social Assistance System – SUAS in the municipality of Joinville in Brazil. The theoretical and methodological orientation was the social historical psychology in dialogue with ideas from Jacques Rancière's work. The route's methodological emphasis was the audiovisual mediation, that privileged the audience of cinematographic works produced in the city, among other imagetic activities, followed by a discussion group. In the process of analysis, we sought to work with the assembly of the scenes of the study, conjecturing relations between the plan of these episodes in the intervention-study with the broader field that circumvents the experience of being a worker of SUAS. We present the results and discussions in three scenes. In the first scene we highlight the work of mediation and present a narrative

showing some episodes and details of the study meetings. In the second we discuss the probable senses of expectation and debate the way the participation in the course produced qualitative experiences with expectation. And, in the third scene, we reflect on the need for permanent education activities that allow spaces for dialogue, experiences, and openness to give meaning to the social assistance work. We consider that the way in which the journey was experienced allowed the emergence of scenes in the study that express the power of audiovisual mediation. Also, the theoretical methodological arrangement that underpinned the training course was necessary for the construction of these results.

Keywords: Permanent education. Movie theater. Social protection.

Mediación Audiovisual y Educación Continua: Escenas de un Curso de Formación con Trabajadoras del SUAS

Resumen: Este artículo presenta los resultados de una investigación-acción cuyo objetivo fue investigar la potencia de la mediación audiovisual en un recorrido formativo con trabajadoras de la Protección Social Básica del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS) en el municipio de Joinville, en Brasil. El enfoque teórico-metodológico fue la psicología sociohistórica en diálogo con los conceptos de la obra de Jacques Rancière. El énfasis metodológico del recorrido fue la mediación audiovisual, que privilegió la audiencia de obras cinematográficas producidas en la ciudad, entre otras actividades imagéticas, seguido de un grupo de discusión. En el proceso de análisis se buscó trabajar con el montaje de escenas de la investigación, conjeturando relaciones entre el plan de estos episodios en la investigación-acción con el campo más amplio que rodea la experiencia de ser trabajador/a del SUAS. Los resultados y discusiones se presentan en tres escenas. En la primera escena se destaca el trabajo de mediación y se presenta una narrativa puntuando algunos episodios y detalles de los propios encuentros de la investigación. En la segunda se discuten los probables sentidos de la expectación y se ventila cómo la participación en el recorrido produjo vivencias cualitativas con la expectación. En la tercera escena, se refleja la necesidad de actividades de educación continua que posibiliten espacios de diálogo, vivencias y apertura para significar el trabajo socioasistencial. Es necesario señalar que el modo en que fue vivido el recorrido permitió la emergencia de escenas en la investigación que expresan la potencia de la mediación audiovisual. Además, el arreglo teórico-metodológico que basó el recorrido formativo fue indispensable para construir estos resultados.

Palabras clave: Educación continua. Cine. Protección social.

Cenas preliminares

No Brasil, desde 2005 a Assistência Social tem sido administrada como política pública na forma de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A implantação deste sistema é reconhecida como um marco histórico na garantia dos direitos sociais. A Constituição Federal de 1988 instituiu a Assistência Social como um bem jurídico vinculado à Seguridade Social e, com isso, apontava na direção de uma política pública. Entretanto, durante os quinze anos que se seguiram à Constituição Cidadã,

ainda se praticava os programas sociais de acordo com as vontades dos governos.

Criado à imagem e semelhança do Sistema Único de Saúde, o SUAS organiza suas ações em níveis diferenciados de atenção. No caso do SUAS são modalidades: a) a Proteção Social Básica (PSB), que compreende um arranjo de atividades socioassistenciais destinado às pessoas e famílias em situações de vulnerabilidade pessoal ou social, com ênfase no fortalecimento da convivência familiar e comunitária; b) a Proteção Social Especial (PSE), destinada a família e indivíduos

que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual e uso de drogas, entre outras situações. A proteção social especial divide-se em média e alta complexidade e, no caso desta última, o principal serviço de referência é o acolhimento institucional (Cruz & Guareschi, 2013).

Apesar de compreendermos que existem questões transversais à política de Assistência Social, aqui nos deteremos em aspectos relativos à PSB, que tem nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) sua principal expressão e estratégia, porque, entre outras razões, é um serviço ofertado nos territórios das famílias e comunidade. Na PSB, opera-se o Programa de Atenção Integral às Famílias (Paif), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF).

Pela matricialidade sociofamiliar, pela transferência de renda e também pela presença territorial contínua, dentre outros elementos que suplantam a PSB, os Cras funcionam “como um organizador e gerenciador de dispositivos, grupos e instituições que existem no território”, com a finalidade de articulá-los para promover um trabalho contínuo com as famílias que participam destes programas (Oliveira, Dantas, Solon, & Amorim, 2011, p. 141).

Com isso, temos a compreensão de que nestes serviços os profissionais da Assistência Social são desafiados a realizar novas práticas socioassistenciais, na perspectiva das potencialidades dos territórios, processos grupais e coletivos. Assim, emergiu a proposta desta pesquisa em fazer encontrar um grupo de trabalhadores da PSB com realizações audiovisuais produzidas na cidade de Joinville – SC.

A Educação Permanente no SUAS tem ênfase na atuação, na gestão e nos desafios do trabalho, isto é, não busca “apenas desenvolver habilidades específicas, mas problematizar os pressupostos e os contextos dos processos de trabalho e das práticas profissionais realmente existentes” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS], 2013, p. 30). Essa perspectiva de formação parte dos desafios e da realidade que se apresenta aos(às) trabalhadores(as), possibilitando emergir saberes/fazer relevantes ao cotidiano e ao trabalho socioassistencial.

Uma das apostas é que a Educação Permanente no âmbito do SUAS possa fomentar questionamentos e reflexões acerca dos contextos nos quais as equipes estão inseridas, os diferentes modos de vida e processos de trabalho. Além disso, a formação dos(as)

trabalhadores(as) pode contribuir para a problematização acerca das concepções de sujeitos e reconhecimento dos usuários do SUAS como sujeitos de direitos e, a partir disso, a pertinência dos processos de trabalho com relação às demandas das populações atendidas e objetivos dos serviços socioassistenciais (MDS, 2013).

A aposta no encontro entre “assistência social”, “audiovisual” e “trabalhadores do SUAS” tinha como premissa a demanda por ações criativas no contexto da PSB. Salienta-se que esta modalidade de proteção social pode ser considerada uma inovação no setor socioassistencial, entre outros argumentos, por sua ênfase de trabalho nos aspectos potenciais que constituem pessoas, famílias e comunidades (Oliveira et al., 2011).

Compreendemos a atividade criadora, na perspectiva de Vigotski (2009), como aquela em que algo novo é criado. Esse novo pode ser uma ideia, uma invenção, uma obra artística ou mesmo uma simples novidade no cotidiano. A tese inicial desse autor é que todas as produções humanas foram, primeiro, produto da imaginação. Nesse sentido, a atividade criadora sempre será uma atividade psicológica complexa, pois a imaginação está conectada aos demais processos psicológicos. Assim, um detalhe adicionado ao processo pode mobilizar outras formas de relações e combinações em uma realidade. Logo, estava presumido que diante das demandas por atividades inovadoras e ações coletivas nesta modalidade da política, poderia ser interessante aos profissionais apropriar-se da mediação audiovisual em seus mais diversos modos de trabalho com filmes.

A mediação audiovisual concebida para esta investigação refere-se, primeiramente, à possibilidade de fazer encontrar sujeitos de um determinado campo com algum filme. É interessante lembrar que a mediação é inerente à constituição de sujeito em uma perspectiva sócio-histórica, justamente, pela ênfase nas relações objetivas e subjetivas que marcam o processo de significação, sem perder de vista as dimensões históricas e concretas que objetivam ou subjetivam a existência humana. Por conta dessas múltiplas relações entre “sujeito” e “mundo”, a mediação audiovisual mobilizada no encontro entre sujeitos e filme não se resume na audiência em si, mas se abastece a partir das incontáveis possibilidades de composição entre os signos que pluralizam as relações no processo de significação de um encontro (Smolka, 2004).

Nesta concepção da mediação audiovisual como conceito e recurso metodológico, valem alguns pressupostos da obra de Jacques Rancière (2012). Entre eles,

consta a compreensão do espectador emancipado, sujeito de uma inteligência que não pode ser reduzida a um modo passivo na recepção audiovisual, e, com isso, a premissa de que uma obra potente não será necessariamente aquela que visa transmitir um conhecimento ao espectador. Em boa medida, a mediação audiovisual acontece no processo de flagrar cenas que demandam um trabalho de significação do espectador.

Do mesmo modo que uma obra pode ser significada de maneiras distintas pelo espectador em diferentes momentos de sua vida, uma mesma obra pode ser expectada de diferentes modos em uma audiência em grupo. Logo, a mediação audiovisual desenhada nesta pesquisa compreendia o encontro entre espectador e obra e, ainda, o encontro entre espectadores.

Com isso, podemos afirmar a mediação audiovisual como um processo potente da atividade criadora, inclusive pela possibilidade de invenção de sentidos no processo de expectativa e discussão de uma obra. Na mediação audiovisual, a significação pode ser potencializada pelos intervalos e distâncias produzidas tanto na audiência como também nos diálogos entre os espectadores.

Os intervalos ou ainda as distâncias – primeiro entre espectador e obra, depois entre os próprios espectadores – são espaços para o exercício da inteligência, para movimentar o pensamento entre (pelo menos) dois pontos, duas realidades. Nesse contexto, um filme, bem como outras objetivações artísticas, pode ser uma obra potente para uma inteligência desdobrar pensamentos ainda não pensados: “a imagem da arte . . . está sempre entre duas formas. Ela é o trabalho que é criado em seu intervalo” (Rancière, 2010, p. 102). O efeito de uma obra no espectador não somente confirma a potência de um filme ou informa sobre o processo psicológico complexo presente na recepção audiovisual. Além dessas questões, o argumento citado aponta que os indícios de imagens produzidas no espectador e descoladas da visualidade projetada qualificam a dimensão artística de um filme. Por extensão, isso significa que, na perspectiva de Rancière, a “imagem da arte” é uma obra do pensamento, é uma relação de mundos e um processo combinatório plasmado no encontro de algumas inteligências.

A partir dessas formulações conceituais, constituiu-se objetivo desta pesquisa: investigar a potência da mediação audiovisual em um percurso formativo com trabalhadores da PSB/SUAS em Joinville – SC, Brasil. Também foi uma hipótese desta

investigação que a mediação audiovisual pode ser potente para disparar encontros com infinitas possibilidades de significação, inclusive, de pensamentos ainda não elaborados entre os saberes/fazeres de trabalhadores na PSB/SUAS e aquilo que pode emergir de conexões e sentidos em alguns filmes produzidos localmente.

Sendo assim, compreendemos que o encontro entre sujeitos trabalhadores na Assistência Social com obras cinematográficas pode deflagrar discussões sobre suas experiências com as (des)igualdades. Apesar de apontar uma possibilidade, qualquer previsão mais apurada relativa ao processo de significação e efeitos nos participantes de uma mediação audiovisual, não pode ser considerada na relação de causa e efeito. Em síntese, não é possível determinar seu resultado com precisão.

Percurso metodológico

Esta investigação pode ser caracterizada como uma pesquisa-intervenção, pois, mediante a promoção de um percurso de formação com trabalhadoras da PSB integrantes da Secretaria de Assistência Social (SAS) de Joinville, realizou-se uma análise de alguns dos possíveis efeitos da mediação audiovisual como recurso do processo formativo de trabalhadoras no SUAS.

A presença das trabalhadoras no percurso formativo ocorreu mediante o convite da SAS aos serviços que integram a gerência de PSB da referida Secretaria. Foram disponibilizadas 18 vagas que foram preenchidas por trabalhadoras (todas elas mulheres), profissionais das seguintes áreas: Psicologia, Serviço Social, Pedagogia e Terapia Ocupacional. Além das trabalhadoras dos Cras, também participaram profissionais de outros programas vinculados à gerência da PSB.

No convite aos serviços foi informado sobre o trabalho de pesquisa vinculado ao percurso formativo. Para garantir a participação efetiva das trabalhadoras, a SAS dispensou as profissionais de seus locais de trabalho nos dias agendados para os encontros, de modo que as atividades da formação foram contadas como horas trabalhadas.

A proposição de encontros mediados por atividades com ênfase no processo criativo, pode ser denominada como “oficinas estéticas”, especialmente quando prevê um processo grupal e, nele, a discussão do produto dessas oficinas. Nas oficinas estéticas, são frequentemente utilizados recursos ligados ao campo da arte e da produção cultural, dentre eles, o trabalho com imagens, o audiovisual/cinema.

Outra característica das oficinas estéticas é a abertura de espaço afetivo-reflexivo sobre relações cotidianas e práticas de trabalho (Reis & Zanella, 2015).

De acordo com Reis e Zanella (2015), as oficinas estéticas podem ser concebidas como dispositivo de pesquisa-intervenção, pois essa prática colabora para a construção de conhecimento a partir das relações, da criação e do compartilhamento. As oficinas estéticas podem produzir efeitos diversos e que não podem ser antecipadamente visibilizados, restando ao pesquisador conjecturar hipóteses, algumas que por vezes não serão também conhecidas, pois alguns dos efeitos das oficinas escapam ao tempo e ao espaço da pesquisa-intervenção. Contudo, podemos afirmar que esta proposta metodológica tem no próprio encontro sua potência, pois visa produzir deslocamentos em relação àquilo que é vivido cotidianamente.

Diante disso, a presença da cinematografia local como acervo definido para a mediação audiovisual não tinha uma definição temática a priori. Conforme será descrito nas cenas do percurso, a questão era muito mais a experimentação do processo de mediação audiovisual, cujas obras para exibição foram selecionadas a partir do interesse das trabalhadoras participantes.

No percurso de formação foram realizados sete encontros, entre os meses de abril e setembro de 2015, tendo cada um deles aproximadamente três horas de duração. Com relação aos aspectos éticos, o projeto de pesquisa foi aprovado no comitê de ética em pesquisa com seres humanos, com número CAAE 57618316.7.0000.5365. A participação das trabalhadoras foi voluntária e mediante a adesão ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado ao grupo de profissionais no primeiro encontro do percurso de formação. No TCLE havia um item solicitando a autorização para a gravação de todo o percurso em câmera de vídeo. Tal solicitação justifica-se em virtude das atividades de discussão em grupo. O recurso das imagens favoreceu a identificação dos respectivos locutores na fase de transcrição dos encontros.

A produção das informações nesta investigação foi orientada pelos grupos de discussão. Trata-se de um trabalho amparado em um método de pesquisa que se interessa pela produção coletiva de opiniões e pensamentos, onde o pesquisador não atenta somente aos conteúdos (falas individuais e/ou coletivas), mas também às performances do grupo nas

discussões (Weller, 2006). Sendo assim, partimos deste recurso tendo em vista a coerência com os pressupostos conceituais de uma mediação audiovisual.

Do ponto de vista metodológico, a mediação audiovisual acontece pelo menos em dois tempos: a) expectativa de uma obra ou outra atividade imagética; b) discussões no grupo. Sobre o segundo item é preciso destacar que ele também se constitui como uma atividade criadora, pois é um tempo de interlocução e fluência de ideias, conceitos, discussões, etc.

Assim, compreendemos que se trata de uma atividade intelectual, de exercício do pensamento, de problematização pela palavra própria e/ou do outro (Rancière, 2004). Com essas características, não fica difícil assumir o grupo de discussão também como um espaço de produção de sentidos (Smolka, 2004).

No decorrer dos encontros, cada vez mais os grupos de discussão foram sendo ocupados pelas trabalhadoras e, com isso, foi-se modificando o recurso metodológico, abrindo-se mão de um roteiro de perguntas e lançando-se no encontro da pesquisa. Ao que parece, esse deslocamento dos lugares de pesquisadores e pesquisados vai ao encontro de um “método da igualdade” (Rancière, 2014). Sobre esse resultado metodológico ainda estabeleceremos discussão no presente texto.

O trabalho de análise constituiu-se em um processo de montagem das cenas de pesquisa. Esse processo se abasteceu das anotações dos diários de campo, da transcrição dos grupos de discussão e, ainda, de uma escrita narrativa sobre cada um dos encontros. Apesar de os listar aqui em três momentos distintos, esses procedimentos se entrelaçaram, pois fomos compreendendo que os encontros estavam ligados entre si pelos efeitos do percurso.

Esta proposta de análise orienta-se pelo paradigma indiciário, mas diferente do objetivo dos historiadores, nossa perspectiva é de uma leitura que permita a compreensão de uma experiência a partir do residual significativo (Ginzburg, 2007; Góes, 2000). Considerando que, em síntese, o trabalho de campo desta pesquisa foi um convite para pensar/sentir possíveis relações entre “realizações audiovisuais” e “realizações socioassistenciais”, a montagem de cenas foi uma construção que privilegiou detalhes produzidos nos encontros da mediação audiovisual. Esses detalhes podem ser “qualquer” ocorrência. Quando afirmamos o “qualquer” como um material possível à cena, é por conta de sua natureza não

hierarquizada, não capturada por uma ordenação de valores. Independentemente de onde e como disparam, esses diálogos são pensamentos próprios do encontro (Rancière, 2009, 2014).

Logo, a montagem da cena está ligada a um episódio (ocorrência, detalhe etc.) na pesquisa que sinaliza a existência de uma trama de relações que constituem certo plano de significação neste campo. A elaboração de uma cena é um trabalho mais processual, que se estende para além do detalhe em si, todavia, sem deixar escapar as minúcias do lance flagrado. Nesse sentido, a análise remete à composição de um evento singular, mas isso não significa ocupar-se da ocorrência como se ela fosse uma exclusividade, tampouco é o exercício afoito de ajuizamento de um fato ou, ainda, a exposição de um desacordo entre aquilo que aparece no campo e aquilo que teoricamente o pesquisador concebe.

As cenas remetem ao coletivo, às linhas de constituição da trama e, ainda, às pistas daquilo que mobilizou o próprio episódio. Trata-se de um singular que de alguma maneira expõe o genérico e o comum. Na montagem da cena vai-se flagrando sua reversibilidade e o modo como aquele detalhe emerge no tempo/espço da pesquisa. Logo, ao mesmo tempo em que faz referência aos interstícios daquilo que é próprio do campo da pesquisa, a montagem da cena carrega as marcas do pesquisador. Tal qual o cineasta, o pesquisador aparece naquilo que flagra.

Resultados e discussões

Cenas de mediação

No percurso de formação, algumas temáticas ganharam relevo durante as discussões, dentre elas, a experiência de ser trabalhadora no SUAS, os desafios da atuação, as condições de trabalho e as imagens e os patrimônios da cidade. Todavia, no procedimento de análise dos encontros, percebeu-se que também outro resultado, com aspectos mais processuais e indiciários, emergiu como um desdobramento relevante da pesquisa. Esse outro resultado está associado à definição metodológica do percurso formativo que teve a mediação audiovisual como recurso principal dos encontros. Nesta seção, realizamos uma narrativa com o intuito de expor, resumidamente, como se constituiu nesta pesquisa o percurso de mediação audiovisual.

No primeiro encontro foi reservado um tempo inicial para apresentações dos pesquisadores, das trabalhadoras e, ainda, do projeto de pesquisa, incluindo detalhes do TCLE. O encontro aconteceu em um espaço da própria SAS e tinha como temática previamente divulgada no cronograma do percurso: “a constituição dos trabalhadores na Assistência Social”. Para começar a estabelecer relações entre “SUAS” e “audiovisual”, foi projetada a seguinte pergunta: “que filme poderíamos fazer sobre o trabalho na Assistência Social?”.

Diante dessa questão, organizamos quatro grupos de trabalho com a tarefa de produzir uma narrativa imagética sobre suas experiências no campo da Assistência Social. No momento em que a atividade foi colocada, as profissionais prontamente acolheram a proposta, dialogando entre si e com as imagens oferecidas pela equipe de pesquisa. Durante aproximadamente uma hora, cada grupo elaborou sua narrativa imagética. Ao final do encontro fez-se uma apresentação dessas produções.

Depois de três semanas houve um novo encontro, agora em um auditório de uma instituição de ensino superior da cidade. Sua temática foi “o audiovisual como dispositivo de trabalho socioassistencial” e, assim, conversamos sobre a potencialidade do cinema, especialmente de curtas metragens.

Uma profissional levanta a seguinte problemática: “*Com os grupos de pais é difícil, parece que eles têm dificuldades em interpretar a imagem, quando eu assisto a ideia está ali, perfeita [para aquilo que desejo transmitir]. Mas na verdade [prática] temos que construir com eles, explicar como se fossem criancinhas*”. Uma discussão interessante emerge dessa fala, pois uma das participantes interrompe questionando: “*Eles não fazem leitura nenhuma, ou não fazem a leitura que você fez?*” e, depois desta interrogação, acrescenta: “*Na minha experiência, não teve nenhum que não teve leitura*”. Este episódio expressa uma situação em que o próprio grupo conduziu a discussão sobre a necessidade de pensar o audiovisual em uma proposta aberta aos espectadores/usuários dos serviços.

Uma das psicólogas, contribuindo com essa discussão, aponta a questão do vínculo entre o “grupo de usuários do serviço” e o profissional como uma necessidade para que as pessoas se sintam à vontade para expressar suas leituras (opiniões, sentimentos etc.). A partir disso, a discussão segue com outras falas sobre suas vivências com grupos: “*A gente*

assiste na reunião e não rola nada, aí chega no lanche e todo mundo se solta, conversa”.

Aproveitamos esse relato para pensar com elas sobre o trabalho do espectador. Depois de poucas palavras que qualificavam essa condição aparentemente passiva de um sujeito, surge uma frase no grupo: *“Na Assistência a gente não trabalha com o espectador, mas com o protagonista”.* Vale destacar que essa enunciação foi proferida em uma tonalidade afirmativa, mas sob alguma suspeita de que o espectador não poderia ser descartado desse processo de trabalho.

Ainda no segundo encontro, foram apresentados aproximadamente trinta títulos de filmes realizados em Joinville – SC, resultado de um verdadeiro garimpo feito pelos pesquisadores. Combinamos neste dia que assistiríamos a uma dessas obras, preferencialmente de curta-metragem, com o propósito de iniciar uma aproximação com a produção local. Diante disso, as participantes escolheram um filme que tematizava a história da cidade. Ao final desse encontro, solicitamos que as trabalhadoras, com suas respectivas colegas de trabalho, produzissem imagens (fotografias, vídeos etc.) relativas ao cotidiano e ao território de atuação.

No terceiro encontro, todas as equipes de trabalho levaram algum material imagético, alguns deles no formato de vídeo, atendendo ao pedido realizado no encontro anterior. Por meio das imagens levadas, foi possível que falassem um pouco mais sobre suas condições de trabalho e, ainda, os desafios da atuação na PSB. Diante do que disseram e também do que escutavam de suas colegas trabalhadoras em outros serviços da PSB, trocaram experiências e pensaram coletivamente em alternativas para dilemas comuns entre seus serviços/atuação. Nesse dia, também pontuaram que a proteção social é básica, mas nem por isso sua execução é simples. E, assim, nos afirmaram que *“o trabalho no Cras possui a sua própria complexidade”.*

O quarto encontro, assim como o terceiro, contou com a presença de um facilitador. A temática proposta era *“imagens e patrimônios comunitários”* e tinha como propósito discutir sobre as histórias, os grupos, as práticas, os sujeitos e as imagens que compõem os territórios onde estão instalados os Cras. A partir das discussões do quarto encontro, as participantes expressaram a vontade de assistir a um documentário sobre o mercado público de Joinville e, assim, constituiu-se o quinto encontro. A escolha desse filme pelas trabalhadoras, entre outras produções locais disponibilizadas, expressa o modo como

a pesquisa-intervenção se deu como percurso aberto. As questões discutidas nos encontros moveram os rumos, os temas e a própria expectativa que as trabalhadoras tinham sobre um percurso formativo.

Do segundo ao quinto encontro, todos foram realizados em uma instituição de ensino superior. O sexto encontro, contudo, levou a termo a ênfase audiovisual do percurso formativo e, por meio de uma parceria com um dos espaços culturais da cidade, fomos com as trabalhadoras a uma sala de cinema. Essa decisão ocorreu no processo da pesquisa intervenção, como uma aposta nos incontáveis possíveis da mediação audiovisual.

Nessas condições e espaço físico, achamos conveniente a projeção de uma ficção de longa-metragem. Esse encontro mobilizou a vivência delas no lugar de espectadoras. Assistir a um filme em uma sala de cinema, ainda que essa obra de gênero dramático tenha na desigualdade social seu material ficcional, potencializou outros sentidos sobre suas presenças no percurso de formação. Além das questões reflexivas trazidas pelas participantes no grupo, assistir àquela obra de longa-metragem foi uma experiência com possíveis efeitos em suas concepções sobre a atividade expectadora.

O sétimo encontro voltou a acontecer na instituição de ensino. Foi um tempo para relatos, lembranças e considerações sobre a configuração dos encontros no percurso. Era também um dia para a avaliação de todo o processo e, para mediar esse momento, decidimos organizar um pequeno vídeo com fotografias, áudios e outras imagens produzidas nos próprios encontros. Após a projeção do vídeo, organizamos uma roda de conversa, como fazíamos nos encontros anteriores.

Observando aspectos metodológicos do processo da pesquisa, não é possível desvincular a mediação audiovisual do grupo de discussão. As atividades imagéticas e audiências seguidas pela discussão no grupo foi um recurso proponente do diálogo, pois no grupo também se operou deslocamentos interessantes, que apontam para um método da igualdade. Esse pressuposto metodológico faz referência a um modo de produzir conhecimento que foi montado por Jacques Rancière (2014) e tem relações estreitas com as *“lições de emancipação intelectual”* transmitidas na obra *O Mestre Ignorante* (Rancière, 2004).

O desdobramento do método da igualdade na mediação audiovisual tem como prerrogativa que diretor e espectador desfrutaram de inteligências

semelhantes. Nas discussões, as trabalhadoras se colocaram como interlocutoras umas das outras, problematizando assuntos entre si e dispensando a necessidade de perguntas de pesquisa para mobilizar suas elaborações. Os grupos de discussão se constituíram como um lugar para o pensamento.

Desde o primeiro momento da formação, as trabalhadoras foram convidadas a pensar sobre as relações entre o “audiovisual” e a “assistência social” e, com isso, também se nutriu gradativamente um espaço para discussões sem respostas prontas ou mesmo assertivas. Mais tarde, no trabalho de análise, compreendeu-se a expectativa das obras como um processo disparador de questões significativas sobre o trabalho no SUAS, questões que não poderiam ser oferecidas a priori na forma de perguntas de pesquisa.

Apesar disso, o audiovisual como ferramenta de trabalho socioassistencial não foi uma grande novidade. Desde os primeiros encontros já tivemos notícias de algumas situações em que elas utilizaram vídeos com grupos. Uma das psicólogas compartilhou uma vivência com um curta-metragem para pensar, com os jovens, a questão da alienação parental. Uma pedagoga que utilizou vídeos para trabalhar questões do Estatuto da Criança e do Adolescente, também comentou: “*Acho que é um recurso de trabalho que não é só para Assistência, mas também para qualquer profissional*”.

Entretanto, o diálogo entre elas trouxe à tona o fato de que, na maioria das vezes, elas escolhem um filme com o objetivo de discutir uma temática e de exibir alguma situação com efeito reflexivo. Assim, a possibilidade de elas ampliarem o trabalho com grupos tendo como estratégia a audiência de filmes, colocou em cena um termo sem muito uso no campo da Assistência Social. Trata-se do “espectador”.

Apesar de este texto não ter a pretensão de tratar o modo como essa experiência de formação se desdobrou em práticas criativas e com mediação audiovisual nas ações socioassistenciais, durante o percurso formativo se teve notícia de como as participantes passaram a vislumbrar possibilidades de trabalho com o audiovisual, especialmente nos processos grupais.

Cenas de expectativa

Rancièr (2012), na obra *O espectador emancipado*, opera um giro conceitual significativo contra a tradição, especialmente a teatral, no modo como o espectador tem sido concebido, na perspectiva

daqueles que entendem que o espectador é sujeito passivo. Sob essa ótica, afirma-se que “primeiramente, olhar é o contrário de conhecer. O espectador mantém-se diante de uma aparência ignorando o processo de produção dessa aparência ou a realidade por ela encoberta. Em segundo lugar, é o contrário de agir” (Rancièr, 2012, p. 8).

É bom lembrar que essa citação que aqui fizemos de Rancièr (2012) não expressa seu pensamento, mas fizemos esse recorte porque o autor recupera pontualmente dois significados que de alguma maneira refratam o sentido de passividade que repousa no senso comum sobre o espectador: um sujeito fracassado, que assim é porque ele não conhece e também não age. Assumindo agora a perspectiva com a qual pensamos a expectativa, perguntamo-nos: seria possível ser passivo em algum momento da vida, compreendendo o sujeito como produto e produtor da vida em sociedade?

A proposta de recepção audiovisual combinada com discussões daquilo que sentem e pensam do trabalho socioassistencial no campo da desigualdade, foi instigando relações e sentidos que se aproximam de uma condição espectadora: “*Foram cinco meses que a gente não sentia em vir para uma capacitação, porque às vezes a gente está lá, não participa de nada, tem alguma coisa que não nos chama atenção . . . a gente veio aqui mesmo sem saber muito do que se tratava e se surpreendeu*”. A surpresa possivelmente está relacionada àquilo que se construiu a partir do encontro, diferente de outras propostas formativas cujos conteúdos estão previamente elaborados.

No trabalho de análise, identificou-se que a mediação audiovisual, como estratégia de trabalho e promoção do encontro entre elas, brotou um efeito que pode ser percebido nem tanto pelas discussões no grupo, mas talvez muito mais pelas performáticas cenas produzidas nos encontros. Uma das psicólogas observa que diferente das reuniões técnicas ou de outros espaços de capacitação, o percurso das oficinas “*foi leve, não é? A gente se deixa desprender, eu acho. Então, você foi trabalhando com essa leveza. E tem discussão, discussões de assuntos delicados e coisas que mexeram*”. Esta última expressão, “*coisas que mexeram*”, remete ao residual de uma experiência, ou seja, sinaliza a existência de alguma imagem (pensamento não pensado) que permanece no espectador em processo de significação.

Dialogando com a psicóloga que afirma a leveza dos encontros, outra profissional afirma que

“Então, não é porque é leve que foi brincadeira”. Parece aqui uma tentativa de afirmar ao próprio grupo que elas trabalharam enquanto realizavam o percurso de formação. Esta mesma profissional já havia afirmado: “Nós participamos, eu aprendi muito também, me diverti muito também”.

Não se pode negar que uma proposta de curso que tenha como ênfase principal a audiência de filmes, possa carregar consigo um sentido de tempo mal empregado. Esse atravessamento, pelo que sabemos, não é deliberado ou consciente, mas também não pode ser ignorado. Ele talvez justifique a desconfiança delas em relação à proposta de mediação audiovisual, como dito, principalmente pela negação de apresentar um saber já construído e/ou validado. A mediação mobilizada pela expectativa passa por uma aparente ociosidade.

O (lugar de) espectador parece ser o de um herdeiro da desocupação, de passividade ou mesmo de uma aparente diversão, há muito tempo proibida ao trabalhador. A folga, o repouso, o tempo livre foi historicamente significado como uma hora de prejuízo e associado diretamente ao mau trabalhador (o preguiçoso). “Assim nasceu, . . . o orgulho do trabalho incessante que absorve a vida toda, mas ao mesmo tempo a glorifica. Ideal daquele que, sem nunca parar, morre de pé, num derradeiro labor” (Corbin, 2001, p. 385).

Ainda que esteja discutindo a produção do trabalhador da Assistência Social e não o usuário do serviço, é possível compreender a resistência que, não deliberadamente (em suas falas), fazem-nas desconfiar se a mediação audiovisual, em uma perspectiva que não pressupõe uma mensagem ao espectador, poderia ser um recurso válido.

Ao que parece, a proposta de assistir e fazerem-se espectadoras de obras cinematográficas gerou nelas um prazer (ainda que em meio à audiência de um filme dramático), ao mesmo tempo que certo incômodo pela desconfiança de que pode existir potência na aparente “passividade” do espectador.

Não é o fazer nada que as agrada, mas a liberdade da expectativa, a inteligência da contemplação. Na avaliação de uma das trabalhadoras participantes do percurso: “Eu via como um momento para relaxar mesmo”. Ao que parece, o espectador tem privilégios que não estão colocados ao protagonista, especialmente o direito ao ócio e à contemplação, o direito de produzir o sentido, de experimentar sua imaginação. Estar nos encontros parece ter sido uma possibilidade de desocupar modos instituídos nas lógicas da gestão.

N’A *noite dos proletários* (Rancière, 1988), encontramos operários que faziam a abstenção do repouso noturno pela possibilidade de sonhar outra vida, ocupando as madrugadas para compor literatura. Nos arquivos do sonho operário, Rancière expôs que não somente o conhecimento da exploração poderia mudar algo naqueles homens, mas um saber (no sentido de uma vontade e uma experiência) que transcendesse a exploração. Nessas palavras, atribui-se à imaginação uma grandeza que não se encerra na relação ficcional.

Dialogando com *A noite dos proletários*, citamos um trecho que também remete a uma ontologia da igualdade: “se o mais penoso dessas fadigas fosse justamente que elas não deixam tempo para esses langores, se a dor mais verdadeira fosse a de não poder desfrutar das falsas?” (Rancière, 1988, p. 29). Essa potência da ficção foi também um argumento constitutivo na concepção de um percurso audiovisual com trabalhadores no campo da desigualdade social. Era hipótese de pesquisa que pela ficção, a história de alguém não contada nas relações sociais, pudesse se tornar uma intercessora no pensamento/imaginação do espectador, fazendo ver/escutar/perceber os ruídos de existências outras.

Logo, compreendemos que as implicações da expectativa vão além das relações audiovisuais e, no caso do trabalho socioassistencial, podem implicar nos modos como são percebidos os sujeitos usuários do SUAS. Ao escolher inserir alguns argumentos construídos a partir daquilo que foi encontrado no campo da pesquisa, queremos fazer ver a dimensão espectadora que também pode compor a Assistência Social. Dialogando com Rancière (2012), compreendemos que todo ser humano é um espectador com potência para significar a própria existência.

O espectador tem o direito e a inteligência para não pensar o que está proposto que pense; por isso, uma das questões importantes da mediação audiovisual remete a definição de uma obra. Talvez nessa direção o conceito de “espectador” possa ser relevante, como uma forma de pluralizar as concepções de sujeito no campo do SUAS.

Nesse sentido, entende-se que os encontros mobilizaram questões interessantes, entre elas, pelos deslocamentos das trabalhadoras com os sentidos mais comuns do trabalho (regra, disciplina, operacionalização) e, também, porque o percurso fomentou a abertura de uma potente relação conceitual, entre

“protagonistas” e “espectadores”, fazendo pensar que o “assistir” é um aspecto intensamente polissêmico e constitutivo da Assistência Social.

Cenas de improvisação

Nesta seção apresentamos algumas cenas do percurso que apontam para possíveis efeitos do processo de mediação audiovisual nos encontros da pesquisa. Um desses efeitos pode ser denominado de “improvisação”. Esse termo não foi objetivamente pronunciado pelas participantes em qualquer momento dos encontros, mas nos apropriamos dele para esboçar parte do significado que ficou predito no último dia da formação.

Nos primeiros instantes de discussão sobre os encontros realizados, uma das participantes argumentou sobre o que era sua expectativa e o que aconteceu efetivamente: “*esse conceito inicial do que a gente veio esperando . . . e o que a gente teve aqui*”. Ao que parece foi uma frustração positiva, pois a mesma profissional considera que teve “*um aprendizado gigante . . . pelos questionamentos, pelas situações*”.

No processo de análise da pesquisa-percurso, observou-se que a mediação audiovisual como uma prática que acolhe os movimentos do processo grupal, afetou os sentidos relativos à expectativa das trabalhadoras sobre a educação permanente. Isso fica evidente quando uma das participantes comenta que: “*Surgiram até assuntos que não eram para ser discutidos aqui, não é?*”. A questão feita por uma assistente social expressa ainda que apesar da ênfase da formação ser a mediação audiovisual, depois de todo o processo formativo, fica-lhe a impressão de que “fugimos” da proposta: “*Mas eu fico curiosa de saber assim, para você, para vocês como foi? Porque parece, dá a impressão que fugiu um pouco do tema*”. O que conjecturamos com esse comentário é que as concepções relativas às intervenções grupais, pelo menos neste contexto em que realizamos o percurso formativo, desenvolvem objetivos com maior ênfase nos conteúdos do que nos processos e encontros.

Além disso, a quebra da expectativa se mostra como um resultado positivo da pesquisa, pois aponta para aquilo que foi situado neste texto como um método da igualdade, especificamente, pelas relações democráticas e não hierárquicas na condução do percurso. Essa abertura para um compartilhamento diretivo do processo não significa uma abstenção de objetivos com o percurso formativo, mas a definição de um propósito dialógico, processual, relacional e, concomitantemente, significativo em seus efeitos.

Por conta disso, começamos a suspeitar que a grande novidade produzida durante o percurso realizado com elas, não foi tanto o material audiovisual dos encontros (apesar de sua relevância), mas a proposta mediadora vivenciada nos encontros que permitiu emergir detalhes significativos da participação delas no percurso.

No processo de análise, observamos que a referência das trabalhadoras à educação permanente no SUAS, conforme suas falas indicam, remete a cursos integralmente planejados, em que não há muito espaço para a inclusão de suas realidades de trabalho. Esses cursos acabam por não oferecer tempo e espaço para as questões das(os) trabalhadoras(es).

Enfim, capacitações neste setor significam cursos que apresentam práticas prontas ou, pelo menos, scripts de trabalho e de atuação no SUAS: “*só recebendo, só recebendo e a gente esquece que a gente tem esse potencial de estar discutindo*”. O que elas transmitem na expressão “*potencial de estar discutindo*” pode ser uma referência a qualquer episódio (não necessariamente possível de ser localizada pontualmente nos encontros de formação) em que elas se vejam pensando modos ainda não percebidos de compreender suas experiências com a desigualdade social.

Nesse sentido, pensamos que a “improvisação” é uma espécie de invenção do encontro. Seus comentários indicam que elas imaginavam que essa proposta de formação não teria espaço para falar o que falaram – que não havia o interesse de levar suas experiências ao primeiro plano –, então, possivelmente, sentem que suas participações não se limitaram aos conteúdos, mas atuaram na composição do modo como os encontros foram acontecendo. Enfim, que todos nós “improvisamos”, criando movimentos de apropriação e reflexão que puderam trazer questões até então não trabalhadas. Nas palavras de uma profissional de Psicologia: “*além da gente entender algumas coisas diferenciadas sobre a metodologia que era a proposta, a gente também conseguiu elaborar algumas questões nossas do trabalho, que estavam meio latentes*”.

A existência de uma novidade relativa não somente à “*metodologia que era a proposta*”, dá a sensação de uma expectativa pela transmissão de conteúdos de trabalho. Mas vale observar, na progressão da fala, que é mais significativa a possibilidade de construção de conhecimentos entre elas, na verdade, de elaboração de coisas do pensamento que estavam aquietadas.

Cabe conjecturar que as “*questões . . . latentes*” acima proferidas, não estão indicando uma perspectiva individualizada de sentimentos e/ou emoções no trabalho. Antes, pode-se pensar que esta proposta mediadora, que gera espaço de discussão sobre práticas e perspectivas, pode ir ao encontro daquilo que, em diversos momentos, foi nomeado por elas como “angústia”.

Pensando nesses aspectos afetivos das relações do trabalho socioassistencial, encontramos um texto oficial do SUAS argumentando possíveis contradições vividas neste setor. Então, de acordo com o MDS (2011, p. 62), há na experiência desses sujeitos uma realização profissional “diante da possibilidade de realizar um trabalho comprometido com os direitos dos sujeitos violados”, atuando na garantia e na defesa da cidadania. Entretanto, por outro lado, “o sofrimento, a dor e o desalento diante da exposição continuada à impotência frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza”, afetam os trabalhadores do SUAS.

O texto ainda reforça que se trata “de uma dinâmica institucional que desencadeia desgaste e adoecimento físico e mental e que, no caso dos trabalhadores do SUAS, precisa ser melhor conhecido, pois esta é uma questão nova que requer pesquisas” (MDS, 2011, p. 62). A questão sugerida no documento que analisa justamente a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, parece indicar a necessidade de um caminho similar ao da saúde, em que os aspectos psicossociais relacionados às condições de trabalho dos profissionais compõem uma temática de estudo já consolidada.

Apesar de não termos esboçado nenhum objetivo relacionado à temática afetiva de ser trabalhador do SUAS, pontualmente queremos refletir sobre um e outro indício nos modos de subjetivação que pudemos perceber no trabalho de campo da pesquisa. Primeiro, que essas questões do trabalho não podem ser tratadas em perspectiva exclusivamente psicológicas e/ou individualizantes, pois claramente têm um desdobramento sociopolítico. Observamos, por exemplo, que a constituição profissional (psicologia, serviço social, pedagogia ou ainda terapia ocupacional, no caso das participantes do percurso formativo) não se expressa tanto como dificuldade para uma atuação multidisciplinar, entre outras particularidades técnicas. Mas as relações com a própria política pública e, ainda, a atuação no campo da desigualdade, podem ser observadas como

desafios do trabalho e indicam fortes atravessamentos no processo de subjetivação das trabalhadoras.

Compreendemos que na base dessa afetação pela política pública estão presentes questões que extrapolam a dimensão normativa da Assistência Social no Brasil. Quando nos referimos à normativa, consideramo-la como direito público desde a redemocratização do Estado brasileiro, depois consolidado com a implantação do SUAS. Entretanto, para além e aquém do marco legal e institucional, compreendemos que é preciso atentar aos elementos que deflagram os aspectos suscitantes e ainda contornam o senso comum da Assistência Social.

O senso comum neste texto está em diálogo com a noção trazida por Rancière (2012, p. 99) como “uma comunidade de dados sensíveis: coisas cuja visibilidade considera-se partilhável por todos, modos de percepção dessas coisas e significados também partilháveis que lhes são conferidos”. O senso aqui está ligado ao modo como algo existente não tem necessidade de ser questionado em sua condição, ou seja: o que está partilhado é assim porque não tem razão nem suspeita de sentido para que seja percebido de modo diferente. Portanto, é o comum, é uma inteligibilidade que está tão bem impregnada nas relações sociais que parece justificar-se por conta própria. Sem esquecer que estamos falando das desigualdades sociais, a perspectiva do senso comum é “um dispositivo espaço-temporal dentro da qual palavras e formas visíveis são reunidas em dados comuns, em maneiras de perceber, de ser afetado e de dar sentido” (Rancière, 2012, p. 99).

Com isso, afirmamos que não podem ser ignorados os esquemas sensoriais e corpo visceral dos sentidos que atravessam as condições de ser trabalhador no SUAS. Dito de outra forma, a educação continuada de trabalhadores no SUAS não pode seguir somente apregoando as normativas e capacitando do ponto de vista técnico-jurídico. É preciso criar espaços de elaboração conceitual, de apropriação técnica e ainda de “improvisação” na qual outros sensíveis possam ser compartilhados. A improvisação aqui não sugere um encontro desqualificado do ponto de vista temático ou metodológico, mas aberto às questões flagradas no campo de trabalho. São conhecimentos confusos e partilháveis, que não podem ser significados fora do plano relacional da “dor” ou da afetação.

Portanto, parte do complexo jogo de constituição do trabalhador do SUAS está inexoravelmente marcado pelos efeitos da desigualdade social. E o SUAS,

como política pública, passa a ser um território privilegiado pelo senso que contorna os (não) lugares dos sem parcela (Rancière, 1996). Ao mesmo tempo, pode forjar encontros com outras formas de vida e mundos, mobilizando um processo de subjetivação e de relações peculiares, em que a atividade profissional pode ser significada de outra forma: trabalha-DOR e, ainda, especta-DOR, justamente pelos avessos vividos e “assistidos” no campo socioassistencial.

Essa condição entre desigualdade e vida, entre exclusão e potência, não é uma questão de capacitação para alguma forma específica de competência, mas sugere efetivamente espaços de (re)significação e encontros de mediação. Outrossim, tendo em vista a complexidade dessas relações e de tantos pensamentos não pensados e ainda a ausência de respostas definitivas, não se pode dispensar a atividade significativa do trabalhador.

A improvisação, apesar de ser um tanto mais comum nas discussões que tematizam a música, empresta para nossos estudos as ideias de que o percurso é uma composição realizada no encontro com outros e de que as vozes, palavras e sentidos desses outros, ainda que não harmonicamente, produzem uma sonoridade ao processo grupal. Essa sonoridade faz-se memória do encontro, não se pode repetir, nem se pode replicar, mas faz-se referência para outros percursos, outros encontros (Petry, Toneli, & Maheirie, 2019).

Esse modo de educação permanente apresentado contrapõe-se a propostas caracterizadas como capacitações, uma vez que está pautado no diálogo e orientado para a construção de saberes a partir das experiências das trabalhadoras. A abertura ao processo de significação soa para as participantes como improvisação e leva para a cena os sentidos relacionados ao trabalho socioassistencial.

Considerações finais

Neste texto foram apresentados aspectos que marcaram um percurso de formação com trabalhadoras do SUAS, em que a noção de mediação audiovisual foi pensada como estratégia metodológica de promoção dos encontros. A escolha pelos trabalhadores da PSB teve

entre seus critérios a compreensão de que esses sujeitos são trabalhadores que atuam em uma linha assistencial que, em tese, atua com as potencialidades dos territórios e, ainda, dos processos grupais e comunitários.

A perspectiva de mediação audiovisual assumida no percurso e em seu desdobramento metodológico nutriu-se de conceitos da obra de Jacques Rancière, na interlocução com uma compreensão sócio-histórica de sujeito. A proposta de fazer encontrar, de promover espaço de significação e de oferecer filmes, sem uma leitura marcada para ser apreendida, foi também a expressão de um princípio ontológico. E esse princípio da igualdade das inteligências se fez orientador da possibilidade de propor a mediação audiovisual em plano aberto, como algo para ser experimentado e significado individual e coletivamente.

Ao final do percurso, avalia-se que a mediação audiovisual como um modo de trabalho e o contato com a produção cinematográfica da cidade, foram recursos que se mostraram potentes para encontros com trabalhadores no campo da desigualdade social. Como expressão deste resultado, podemos considerar que o modo como foi vivenciado o percurso colocou em cena aspectos qualitativos da mediação audiovisual, com destaque aos efeitos da própria expectativa e, também, as discussões no grupo que ganharam status de improvisação.

No acabamento deste texto, consideramos que outras propostas de percursos formativos possam ser recriadas com trabalhadores e também usuários do SUAS, não somente da PSB. A mediação audiovisual apresenta-se como estratégia para educação permanente e para a facilitação de processos grupais, não só pelo recurso audiovisual, mas pelo modo como a mediação pode produzir possibilidades outras, para além das intencionalidades do filme. Avaliamos que esta pesquisa intervenção aponta para uma potência extensiva, ou seja, entendemos que o SUAS na prática está em construção e que, de acordo com seu marco teórico, é um sistema com princípios democráticos e inclusivos quanto às possibilidades de investigações, experimentações e outras formas inovadoras de conhecer e produzir a Assistência Social no Brasil.


Referências

- Corbin, A. (2001). *História dos tempos livres*. Teorema.
- Cruz, L. R., & Guareschi, N. (Orgs.). (2013). *Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogo com as práticas psicológicas*. Vozes.

- Ginzburg, C. (2007). *O fio e os rastros* (R. Freire d'Aguiar & E. Brandão, Trans.). Companhia das Letras.
- Góes, M. C. R. (2000). A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: Uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. *Cadernos Cedes*, 20(50). <https://doi.org/10.1590/S0101-32622000000100002>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2011). *Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito assistencial*.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2013). *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS*.
- Oliveira, I. F., Dantas, C. M. B., Solon, A. F. A. C., & Amorim, K. M. de O. (2011). A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicologia & Sociedade*, 23(esp.), 140-149. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400017>
- Petry, H., Toneli, M. J. F., & Maheirie, K. (2019). “Respeita as mina”: Resistências interseccionais no espaço urbano. *Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales*, 9(1), 45-56.
- Rancière, J. (1988). *A noite dos proletários* (M. Pedreira, Trad.). Companhia das Letras.
- Rancière, J. (1996). *O descentendimento* (A. Leite Lopes, Trad.). Editora 34.
- Rancière, J. (2004). *O mestre ignorante: Cinco lições sobre a emancipação intelectual* (L. do Valle, Trad.). (2a ed.). Autêntica.
- Rancière, J. (2009). *O inconsciente estético*. Editora 34.
- Rancière, J. (2010). Política da arte. *Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas*, 2(15), 45-60. <https://doi.org/10.5965/1414573102152010045>
- Rancière, J. (2012). *O espectador emancipado* (I. C. Benedetti, Trad.). Editora WMF Martins Fontes.
- Rancière, J. (2014). *El Metodo de la Igualdad: Conversaciones con Laurent Jeanpierre y Dork Zabunyan*. Nueva Visión.
- Reis, A. C., & Zanella, A. V. (2015). Psicologia Social no campo das políticas públicas: Oficinas estéticas e reinvenção de caminhos. *Revista de Ciências Humanas*, 49(1), 17-34. <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2015v49n1p17>
- Smolka, A. L. B. (2004). Sentido e Significação – Parte A – Sobre significação e sentido: Uma contribuição à proposta de Rede de Significações. In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, A. P. S. Silva & A. M. A. Carvalho, *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano* (pp. 35-49). Artmed.
- Vygotski, L. S. (2009). *Imaginação e criação na infância* (A. L. Smolka, Apresentação e Comentários; Z. Prestes, Trad.). Ática.
- Weller, W. (2006). Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: Aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. *Educação e Pesquisa*, 32(2), 241-260. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000200003>

Allan Henrique Gomes


Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC, Brasil. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade da Região de Joinville (Univille), Joinville – SC, Brasil. Vice-líder do Núcleo de Pesquisa em Educação, Políticas e Subjetividades (Neps). Professor da Associação Catarinense de Ensino (ACE), Joinville – SC, Brasil. Membro do GT ANPEPP Psicologia, estética e arte. E-mail: allanpsi@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0001-5366-8600>

Leticia de Andrade

Mestra e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Psicóloga pela Associação Catarinense de Ensino (ACE), Joinville – SC, Brasil. Professora da Faculdade Anhanguera de Joinville, Joinville – SC, Brasil.


E-mail: ldandrade@outlook.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9619-2347>

Kátia Maheirie

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC, Brasil. Mestre e doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo – SP, Brasil. Fez estágio pós-doutoral em Educação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas – SP, Brasil; e em Psicologia Social na Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha, e na PUC-SP. Professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da UFSC.

E-mail: maheirie@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-5226-0734>

Endereço para envio de correspondência:

Universidade da Região de Joinville, Programa de Pós-Graduação em Educação. Rua Paulo Malschitzki, 10, sala A-221, Campus Universitário. CEP: 89219-710. Joinville – SC. Brasil.

Recebido 18/02/2020

Aceito 22/06/2021

Received 02/18/2020

Approved 06/22/2021

Recibido 18/02/2020

Aceptado 22/06/2021

Como citar: Gomes, A. H., Andrade, L. de, & Maheirie, K. (2022). Mediação audiovisual e educação permanente: Cenas de um percurso de formação com trabalhadoras do SUAS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003234194>

How to cite: Gomes, A. H., Andrade, L. de, & Maheirie, K. (2022). Audiovisual mediation and permanent education: Scenes from a training course with SUAS workers. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003234194>

Cómo citar: Gomes, A. H., Andrade, L. de, & Maheirie, K. (2022). Mediación audiovisual y educación continua: Escenas de un curso de formación con trabajadoras del SUAS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003234194>